



ACÓRDÃO Nº437/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11554/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady - SPA Zona Norte.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Karim Mohamed Tarayra (Ordenador de Despesa), Julia Fernanda Miranda Marques (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Mauricio Lima Seixas – OAB/AM 7881.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1019/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady - SPA Zona Norte. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Serviço de Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady - SPA Zona Norte**, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade da **Sra. Karim Mohamed Tarayra**, no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, com fulcro no artigo 22, III, b, da Lei Estadual n.2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades descritas no Relatório/Voto.

10.2. Aplicar Multa a **Sr. Karim Mohamed Tarayra**, ordenador de despesas, no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, no valor de **R\$15.000,00** (quinze mil reais), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência dos atos praticados com grave infração às normas legais (restrição nº 03 do Relatório Conclusivo da DICAD, fls.698 a 712) que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº437/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Julgar irregular a Prestação de Contas do Serviço De Pronto Atendimento Eliameme Rodrigues Mady - SPA Zona Norte, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade da **Sr. Julia Fernanda Miranda Marques**, no período de 01/01/2017 a 27/10/2017, com fulcro no artigo 22, III, b, da Lei Estadual n.2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades descritas no Relatório/Voto.

10.4. Aplicar Multa a Sra. Julia Fernanda Miranda Marques, ordenadora de despesas, no período de 01/01/2017 a 27/10/2017, no valor de **R\$15.000,00** (quinze mil reais), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência dos atos praticados com grave infração às normas legais (restrição nº 01 e 02 do Relatório Conclusivo da DICAD, fls.698 a 712) que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Determinar a Controladoria Geral do Estado do Amazonas - CGE que providencie ações imediatas que visem o saneamento dos motivos contidos no Ofício Circular nº 06/2018- SCGCI/CGE, de 21 de março de 2018, visando inclusive a realização das auditorias de controle interno, previstas num Plano Anual de Auditoria, em observância ao contido no IV e XXVIII do art. 2 da Res. TCE/AM nº 04/2016 c/c art. 10, III, da Lei nº 2423/1996.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Abril de 2020.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº437/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral